
FICHA TÉCNICA

TÍTULO**Avaliação das Aprendizagens e Sucesso Escolar
Perspetivas Internacionais**

ORGANIZAÇÃO**Maria Assunção Flores
Eusébio André Machado
Maria Palmira Alves**

AUTORES**Auli Toom
Christophe Dierendonck
Eneida Oto Shiroma
Eusébio André Machado
Ildikó Lázár
Jean-Marie De Ketele
João Batista Zanardini
Jukka Husu
Katalin Hubai
Laila Niklasson
Maria Assunção Flores
Maria Palmira Alves
Masaaki Katsuno
Patrícia Gilliéron Giroud
Philippe Wanlin
Réginald Burton
Višnja Rajić
Walther Tessaro**

COORDENADOR EDITORIAL**Eusébio André Machado**

EDITOR**Paulo Cardo**

CAPA E DESIGN**Carlos Gonçalves**

FOTOGRAFIA DA CAPA**Anastasia Zhenina @ Unsplash**

IMPRESSÃO E ACABAMENTO**Printhus**

DEPÓSITO LEGAL**433640/17**

ISBN**978-989-8557-83-4**

COLEÇÃO**Practicum – Ciências da Educação**

EDIÇÃO**1ª Edição Santo Tirso, novembro 2017**

EDIÇÃO**DE FACTO EDITORES
Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 34 – 3º Dto
4780-448 Santo Tirso – Portugal
geral@defactoeditores.pt
www.defactoeditores.pt**



Reservados todos os direitos.
Esta edição não pode ser reproduzida nem transmi-
tida, no todo ou em parte, sem prévia autorização
da editora.

ORGANIZAÇÃO

Maria Assunção Flores
Eusébio André Machado
Maria Palmira Alves

Avaliação das Aprendizagens e Sucesso Escolar

Perspetivas Internacionais

Índice

INTRODUÇÃO

- Da avaliação das aprendizagens e do sucesso escolar 7
Maria Assunção Flores, Maria Palmira Alves e Eusébio André Machado

CAPÍTULO 1

- As provas de avaliação externa nacionais na Bélgica francófona: uma análise à luz dos atuais movimentos didáticos e pedagógicos 15
Jean-Marie De Ketele

CAPÍTULO 2

- Avaliação na Educação Básica no Brasil: políticas e contradições 39
Eneida Oto Shiroma e João Batista Zanardini

CAPÍTULO 3

- Avaliação das aprendizagens na República da Croácia 57
Višnja Rajić

CAPÍTULO 4

- Princípios e práticas de avaliação para apoiar a aprendizagem dos alunos no Ensino Básico finlandês 71
Auli Toom e Jukka Husu

CAPÍTULO 5

Desafios do Exame Nacional no Sistema de Ensino no Japão 91

Masaaki Katsuno

CAPÍTULO 6

Avaliação dos alunos no sistema educativo húngaro..... 109

Katalin Hubai e Ildikó Lázár

CAPÍTULO 7

A avaliação das aprendizagens escolares no Luxemburgo ... 127

Christophe Dierendonck, Réginald Burton e Philippe Wanlin

CAPÍTULO 8

Avaliação das aprendizagens em Portugal 151

Maria Assunção Flores, Maria Palmira Alves e Eusébio André Machado

CAPÍTULO 9

Implementação de novas diretivas de avaliação: desafios para os professores das escolas na Suécia 167

Laila Niklasson

CAPÍTULO 10

A avaliação na sala de aula na Suíça Romanda: das políticas às práticas dos professores 187

Patrícia Gilliéron Giroud e Walther Tessaro

CAPÍTULO 11

Para uma leitura transversal das políticas de avaliação das aprendizagens - entre um regime de tensões e as possibilidades de mudança 217

Maria Assunção Flores, Maria Palmira Alves e Eusébio André Machado

Introdução

Da avaliação das aprendizagens e do sucesso escolar

Maria Assunção Flores,

Universidade do Minho (Portugal)

Maria Palmira Alves,

Universidade do Minho (Portugal)

Eusébio André Machado,

Universidade Portucalense (Portugal)

A avaliação tem vindo a assumir uma inegável centralidade nas políticas educativas e curriculares, com efeitos nas práticas de ensino e aprendizagem e no modo como os professores se situam no processo de desenvolvimento curricular. A literatura existente tem chamado a atenção para a complexidade, multidimensionalidade e abrangência da avaliação e para as múltiplas dimensões do sucesso escolar, entre as quais está a avaliação (ver, por exemplo, Alves, 2004; Alves & Machado, 2008; Alves & De Ketele, 2011; Cabral & Matias, 2017; Flores, 2017).

O propósito fundamental deste livro é o de radiografar, com alguns “estudos de caso”, as transformações que têm vindo a ocorrer na avaliação das aprendizagens nas duas primeiras décadas do século XXI, sobretudo face à aceleração dos processos de globalização, que é bem reconhecida a partir de meados do último quartel do século passado. Porquê a avaliação? De uma certa forma, é possível afirmar que, nos últimos tempos, as políticas de avaliação foram substituídas pela avaliação como principal política no campo da educação. Mais do que um aspeto acessório do funcionamento e gestão dos sistemas educativos e das práticas de ensino, a avaliação assume, hodiernamente, a centralidade do campo educativo

devido, em larga medida, aos efeitos que a globalização produziu, em particular na instauração de um “regime de omniavaliação” (Machado, 2014) que desencadeou processos de competitividade entre os diferentes sistemas educativos. Assim, a sinalização das transformações atuais da avaliação das aprendizagens permite, também, a recolha de informação sobre um dos pontos mais críticos das políticas educativas, das mudanças nas escolas e das profundas tensões que professores e alunos vivem frequentemente nas salas de aula.

Em função do propósito acima enunciado, selecionámos um conjunto de países que assumem algum grau de exemplaridade geográfica, política, cultural e social no que respeita às políticas educativas, em geral, e à avaliação das aprendizagens, em particular. No entanto, não se trata de uma “amostra” que ambicione cumprir os requisitos de representatividade científica, mas tão-só permitir detetar os efeitos das “ondas sísmicas” decorrentes da globalização. Neste sentido, em cada um dos capítulos, é traçado um panorama geral do respetivo sistema educativo, com especial incidência, por um lado, nos quadros legislativos e, por outro, nos contributos da investigação. Mas, além disso, no último capítulo, procurar-se-á realizar uma leitura transversal das tensões e possibilidades que, neste momento, é possível identificar numa análise mais abrangente dos diversos sistemas educativos convocados nesta obra. No momento de particular “crise” da escola, que reclama uma radical reconfiguração das práticas de ensino e aprendizagem, interessar-nos-á também explorar um conjunto de hipóteses de “transformação” da avaliação em prol de aprendizagens de “sucesso”.

Acresce que Portugal, tal como todos os países aqui trazidos à colação, não deixa de atravessar os mesmos dilemas, tensões e problemas relativamente aos quais, mesmo que as respostas devam ser “locais”, importa recensear as possibilidades de encontrar novos caminhos para uma fortemente almejada “escola de sucesso”. É sabido que o sistema educativo português, sob o efeito das políticas globais no campo da educação, tem vindo a procurar formas de resolver uma espécie de “quadratura do círculo”: por um lado, conferir mais autonomia às escolas na gestão do currículo

e na forma como se organizam para promover um conjunto de “competências-chave” que representam um novo “ideal” para um mercado global de emprego; e, por outro, prosseguir no controlo da performatividade do sistema educativo (escolas, professores e alunos), sobretudo através da criação de um sistema uniforme e centralizado de avaliação externa. Trata-se, de resto, de uma situação que tem dividido a sociedade portuguesa, bem como os peritos em educação (CNE, 2016), mas que exige um pensamento inclusivo e complexo que, para além das tensões paralisantes, encontre formas de complementar as potencialidades da avaliação interna e da avaliação externa sob o signo comum de uma lógica formativa.

Assim, torna-se fundamental conhecer as políticas de avaliação das aprendizagens dos alunos e questionar lógicas e dinâmicas de implementação, procurando perceber as tendências e os desafios no panorama internacional e também no nosso país. Entre outras questões, esta obra procura responder às seguintes interrogações: Qual é papel ou contributo dos testes/exames nacionais na avaliação e aprendizagem dos alunos? Que conceções de avaliação e de aprendizagem estão subjacentes às políticas de avaliação das aprendizagens dos alunos? O que nos dizem os quadros normativos da avaliação? De que modo os sistemas de avaliação informam os sistemas educativos, mormente no que concerne ao desenvolvimento do currículo e à melhoria das aprendizagens dos alunos? O que nos diz a investigação neste domínio? Estas são algumas interrogações que estiveram na génese deste livro, o qual integra um conjunto de contributos oriundos de diferentes países e continentes.

No Capítulo 1, intitulado *As provas de avaliação externa nacionais na Bélgica francófona: uma análise à luz dos atuais movimentos didáticos e pedagógicos*, Jean-Marie De Ketele analisa, sobretudo a partir da publicação dos resultados das provas internacionais, a política de monitorização do sistema educativo que muitos países implementaram, apoiando-se em provas externas nacionais. Neste contexto, o autor trata o caso da Bélgica francófona a partir das provas de avaliação externa de 2015, cujos resultados revelam aspetos

originais e em linha com os movimentos didáticos e pedagógicos contemporâneos.

Passando ao Capítulo 2 - *Avaliação na Educação Básica no Brasil: políticas e contradições* - Eneida Oto Shiroma e João Batista Zanardini discutem a avaliação como política pública e as suas implicações no trabalho das escolas e dos professores. Os autores destacam as contradições das medidas adotadas nas últimas duas décadas em matéria de avaliação, através da ênfase nos testes em larga escala e nos resultados e *rankings* de escolas, o que, segundo os autores, tem levado à adoção de estratégias de sobrevivência no sentido do aumento das notas dos alunos. Shiroma e Zanardini defendem a necessidade de desenvolver uma avaliação que considere o trabalho docente, o que implica atender aos elementos endógenos do processo de ensino e aprendizagem, considerando o projeto de educação, os elementos infraestruturais e institucionais, bem como as condições de trabalho e de estudo.

No Capítulo 3, *Avaliação das aprendizagens na República da Croácia*, Višnja Rajić salienta que a avaliação das aprendizagens dos alunos assume neste país a forma de um modelo híbrido. Com efeito, por um lado, a educação básica começa com a avaliação das aprendizagens de acordo com a capacidade individual da criança, usando a avaliação formativa e sumativa como uma avaliação interna. Mas, por outro lado, no final do ensino secundário, os alunos são sujeitos aos padrões nacionais pré-estabelecidos e devem passar no exame nacional de acesso ao ensino superior como parte da avaliação externa. A autora mostra, ainda, que a República da Croácia tem realizado várias reformas que procuram, ao mesmo tempo, responder à necessidade de uma avaliação centrada no aluno e às exigências de uma avaliação baseada em padrões nacionais comuns, sobretudo por razões de alinhamento com as políticas educativas transnacionais.

Por seu turno, no Capítulo 4 - *Princípios e práticas de avaliação para apoiar a aprendizagem dos alunos no Ensino Básico finlandês* -, Audi Toom e Jukka Husu apresentam os traços distintivos do sistema finlandês, particularmente no que diz respeito à avaliação, destacando, entre outros aspetos, o sucesso dos alunos nos resultados do PISA,

as características do sistema educativo, a formação de professores e o *ethos* das decisões políticas educacionais. Toom e Husu sublinham a inexistência de avaliações nacionais periódicas, de testes padronizados e de *rankings* de alunos e de escolas e a ausência de controle de materiais educacionais, de inspetores escolares e de avaliação do trabalho dos professores, a quem compete definir as práticas de avaliação, com base nas diretrizes e princípios estabelecidos no currículo nacional e municipal. Um dos aspetos que Toom e Husu enfatizam é a ampla autonomia profissional dos professores, salientando o seu compromisso com a aprendizagem dos alunos e o seu sentido de responsabilidade e agênci na melhoria do ensino.

No Capítulo 5, *Avaliação dos alunos no sistema educativo húngaro*, Katalin Hubai e Ildikó Lázár apresentam, na primeira parte, as principais regras e regulamentos da avaliação dos alunos, a partir da matrícula em estabelecimentos educativos até aos exames finais aos 18 ou 19 anos, incluindo referências ao atual quadro normativo; na segunda parte, as autoras convocam uma série de estudos sobre os pontos de vista dos professores e as práticas de avaliação em sala de aula, na Hungria. Apesar de a maioria dos documentos oficiais estarem em linha com as tendências educativas mais recentes na Europa, Hubai e Lázár concluem que não surpreende a tendência para usar os métodos tradicionais de avaliação e que as práticas de avaliação raramente adotem formas de avaliação alternativa. Neste sentido, para além da necessidade de haver diretrizes específicas nos documentos oficiais, as autoras enfatizam a importância da formação de professores (inicial e contínua) no que respeita às mudanças desejadas nas práticas de avaliação dos alunos.

Por sua vez, o Capítulo 6 – *Desafios do Exame Nacional no Sistema de Ensino no Japão* – da autoria de Masaaki Katsuno, centra-se na análise do sistema de avaliação japonês, com particular ênfase para o exame nacional denominado *National Achievement Test* (NAT), introduzido em 2007. Katsuno situa o NAT no quadro legal destacando o contexto e os propósitos que lhe estão subjacentes, ao surgir como resposta ao chamado “choque do PISA”, decorrente do declínio dos resultados de aprendizagem dos alunos japoneses nos testes internacionais. Com base em investigação realizada pelo

próprio autor e na literatura existente sobre esta matéria, Katsuno descreve a turbulência e a resistência por parte das escolas e dos professores relativamente à implementação do NAT, mas também as visões positivas em relação à introdução deste exame nacional no Japão. Os estudos apontam para a sua utilidade no sentido de compreender o que os alunos aprenderam e como indicador para melhorar o ensino e a aprendizagem nas escolas. Contudo, surgem também aspetos ligados ao excesso de trabalho, à falta de tempo e de recursos para refletir sobre o ensino e a aprendizagem, para desenvolver trabalho colaborativo e para dar resposta ao baixo desempenho dos alunos. O autor sublinha, ainda, a necessidade de o NAT proporcionar *feedback* para alunos e professores em detrimento da mera publicação de resultados.

Quanto ao capítulo 7, intitulado *A avaliação das aprendizagens escolares no Luxemburgo*, Christophe Dierendonck, Réginald Burton e Philippe Wanlin centram-se nas práticas de avaliação das aprendizagens naquele país. Apresentam três objetivos precisos: sintetizar a evolução das políticas e das práticas da avaliação das aprendizagens, a partir de uma análise dos documentos oficiais; abordar a implementação das diretivas oficiais através dos dados disponíveis; e ilustrar as potenciais derivas associadas a certos tipos de avaliação das aprendizagens escolares.

No capítulo 8, intitulado *A avaliação das aprendizagens em Portugal*, dedicado à avaliação das aprendizagens em Portugal, Maria Assunção Flores, Maria Palmira Alves e Eusébio André Machado salientam que a avaliação tem sido objeto de ampla discussão, não só no contexto académico e político, mas também no espaço público, pela mediatização que os resultados dos exames nacionais e das avaliações internacionais encerram. Neste capítulo, depois de um breve enquadramento internacional da problemática da avaliação, apresenta-se uma leitura do quadro legal português, à luz de uma perspetiva diacrónica, situando os normativos mais relevantes. No final, os autores discutem resultados de alguma investigação que tem sido produzida, em Portugal, neste domínio e terminam com algumas conclusões.

No capítulo 9, sob a designação de *Implementação de novas diretrizes de avaliação: desafios para os professores das escolas na Suécia*, Laila Niklasson descreve, em traços gerais, o sistema educativo sueco e apresenta os elementos mais relevantes da avaliação dos alunos. A autora faz referência aos exames nacionais que foram introduzidos com o propósito de proporcionar equidade e justiça no processo de avaliação e de verificar o grau de consecução das aprendizagens dos alunos. Niklasson discute a tensão entre os propósitos formativos e sumativos da avaliação e conclui que as recentes mudanças no sistema educativo sueco e as alterações no seu sistema de avaliação apontam para a importância da avaliação *para* a aprendizagem, mas também da avaliação *da* aprendizagem (sublinhado no original). A autora termina o capítulo, destacando a necessidade de apoiar o processo de aprendizagem dos alunos e o alcance dos objetivos, em sintonia com o sistema de gestão por objetivos, deixando em aberto os efeitos das mudanças ocorridas no contexto sueco.

No capítulo 10, intitulado *A avaliação na sala de aula na Suíça Romanda: das políticas às práticas dos professores*, Patricia Gilliéron Giroud e Walther Tessaro discutem as intensas reformas escolares que a Suíça romanda conheceu, num período recente. Salientam que numerosos estudos e investigações alimentaram as reflexões e suscitaram um forte interesse na aplicação de inovações na sala de aula. Apesar do entusiasmo inicial, as reformas confrontaram-se com oposições inesperadas. Políticos, pais e professores manifestaram dúvidas e críticas, muitas vezes virulentas, contra as mudanças realizadas. Salientam que o abandono das notas numéricas, epifenómeno dos projetos de reforma, assumiu o protagonismo na cena política e mediática e conduziu a um retorno às práticas mais tradicionais. Neste capítulo, os autores descrevem os momentos da reforma, as diferentes fases da sua implementação e os efeitos conhecidos sobre as práticas de ensino. Além disso, põem em evidência a complexidade dos sistemas escolares e as suas contradições, destacando os contributos positivos de um período de trocas e de ações com o propósito de melhoria das escolas.

Esta obra termina com o capítulo 11 dedicado a uma análise global dos temas emergentes que atravessam os contributos nela

incluídos intitulado *Para uma leitura transversal das políticas de avaliação das aprendizagens - entre um regime de tensões e as possibilidades de mudança*. Neste capítulo, abordam-se as tensões e as possibilidades no campo da avaliação das aprendizagens, focando, entre outros aspetos, a lógica da mensurabilidade, comparação e competição, a dimensão formativa e a avaliação para a aprendizagem e, ainda, a relação entre avaliação e sucesso escolar. Destacam-se, também, questões como o sentido ético da avaliação, a dimensão formativa da avaliação externa *versus* uma visão meramente sumativa e certificativa e o desenvolvimento profissional dos professores, através de práticas coletivas de avaliação.

Remata-se o capítulo com um alerta sobre as consequências, nos sistemas educativos, da demasiada centralidade da avaliação externa, propondo-se algum *modus operandi* para caminhar para lógicas de internalidade, na avaliação e nos processos de ensino e aprendizagem mais identitárias de cada país, de cada professor e de cada aluno.

Referências

- Alves, M. P. (2004). *Currículo e avaliação. Uma perspetiva integrada*. Porto: Porto Editora.
- Alves, M. P. & Machado, E. A. (2008). *Avaliação com sentido (s): contributos e questionamentos*. Santo Tirso: De Facto Editores.
- Alves, M. P. & De Ketele, J.-M. (2011). *Do currículo à avaliação, da avaliação ao currículo*. Porto: Porto Editora.
- Cabral, I. & Matias Alves, J. (2017). (orgs) *Da construção do sucesso escolar*. V.N. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Conselho Nacional de Educação (2016). *Parecer e Relatório Técnico: Avaliação das aprendizagens dos alunos no ensino básico*. Lisboa: CNE.
- Flores, M. A. (2017) (Org.) *Práticas e discursos sobre currículo e avaliação. Contributos para aprofundar um debate*. Santo Tirso: De Facto Editores.
- Machado, E. A. (2014). Entre a omniavaliação e a confiscação: contributos para uma avaliação dialógica e sustentável. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, 333-343.